

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, sediada em Fortaleza, Estado do Ceará, e tem como atividade principal o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e como atividade secundária o recebimento de contas como correspondente bancário.

A Empreendimentos Pague Menos S.A. obteve seu registro de Companhia aberta, na categoria “A”, junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 21 de outubro de 2011.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e por normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC, aprovados por resoluções do CFC e por normas da CVM, estão convergentes às Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 27 de março de 2012.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de alguns ativos e passivos não circulantes e instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nas mesmas políticas e métodos contábeis quando comparadas com as demonstrações financeiras do correspondente exercício anterior findo em 31 de dezembro de 2011.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 17 - Contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil.
- Nota 17 - Classificação de arrendamento mercantil.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 10 - Utilização de prejuízos fiscais.
- Nota 19 - Provisões e contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão dos valores das transações são reconhecidos na demonstração do resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A Companhia não possui ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

Limites de cheques especiais de bancos que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente das disponibilidades para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

As arrecadações de recursos de terceiros correspondem aos valores recebidos no exercício da atividade de correspondente bancário, em média nos dois ou três últimos dias de cada mês, e são repassados aos agentes no primeiro dia útil do mês subsequente. Não são classificados como caixa e equivalentes de caixa por não pertencerem à Companhia.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário (conta garantida), saldos bancários a descoberto, fornecedores, arrendamento mercantil, partes relacionadas e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Ações ordinárias com valor nominal são classificadas como patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo, podendo ser distribuídos como juros sobre capital próprio. O excesso de dividendos a serem distribuído são classificados como dividendos adicionais propostos no patrimônio líquido.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações são reconhecidas imediatamente no resultado.

O valor justo de contratos de *swaps* de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de

mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado.

c. Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, não ajustado ao valor presente pelo julgamento da Administração não considerar aplicável e incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Não há provisão para redução ao valor recuperável dos recebíveis por não haver histórico de perdas e a Administração não esperar que qualquer um dos montantes atualmente em circulação seja incobrável.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo critério do custo médio ponderado e inclui todos os custos de aquisição do bem. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2008 ou data posterior.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Embora a adoção do valor justo como custo atribuído tenha consequente aumento na despesa de depreciação nos exercícios futuros, a Companhia não alterará sua política de dividendos.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

ii. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, conforme as taxas mencionadas na Nota Explicativa 12, e leva em consideração as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento do exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. A Administração entende que as taxas de depreciação representam a expectativa de vida útil dos seus ativos.

As taxas médias ponderadas em 31 de dezembro de 2012 e 2011 estimadas são as seguintes:

	Taxa média
Edificações	4%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10% a 20%
Instalações	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Móveis e utensílios	10%
Veículos	20%
Equipamentos de informática	20%
Aeronave	6,66%

f. Ativos intangíveis

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e tem seu valor recuperável testado, anualmente. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando sua utilização efetiva.

i. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam.

ii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

- Softwares: 5 anos.
- Fundo de comércio: Prazo de vigência dos contratos de locação.
- Desenvolvimento de *websites*: 10 anos.

g. Arrendamentos mercantis

A Companhia possui contratos de arrendamento operacional e financeiro.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais.

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada exercício durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

h. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

i. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tais como Imobilizado e Intangível, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). A Companhia considera cada loja individual como unidade geradora de caixa.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

j. Benefícios a empregados

A Companhia concede apenas benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar o valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Receita operacional

i. Venda de mercadorias

A receita operacional da venda de mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade das mercadorias foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável e que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

ii. Comissão sobre serviços de correspondente bancário

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização por se caracterizar como um correspondente bancário. A atividade de correspondente bancário se concretiza pelo recebimento do valor das contas pagas pela população em geral, nas dependências da rede de farmácias Pague Menos. Esses valores recebidos precisam ser repassados para o titular do direito em aproximadamente 3 dias. A Companhia recebe por este serviço uma comissão que é mensurada por autenticação nos boletos bancários.

iii. Receita de aluguel

A receita de aluguel é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. E é decorrente de cessão de espaço para caixas eletrônicos e antenas de operadoras de telefonia.

l. Subvenção governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado (custo das mercadorias vendidas) quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para a utilização serão cumpridas pela Companhia. Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

m. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado). A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

i. Impostos correntes

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e considera a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. *Impostos diferidos*

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

O total do imposto de renda e da contribuição social está constituído por impostos correntes e diferidos.

o. *Custo de transação na emissão de títulos e valores mobiliários*

Os custos de transação incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução da distribuição pública primária de ações são registrados no ativo circulante, em despesas antecipadas. Os custos de transações incorridos e diretamente atribuíveis à emissão das debêntures da Companhia são registrados em conta redutora do passivo e sua realização efetuada linearmente pelo prazo do contrato para o resultado.

p. *Segmentos de negócios*

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de comercialização similar, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

q. *Demonstrações do valor adicionado*

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

r. *Determinação do ajuste a valor presente*

Os itens sujeitos ao desconto a valor presente são:

- *Contas a pagar a fornecedores***

O cálculo do valor presente de fornecedores é efetuado para cada transação com base numa taxa média de juros que reflete

o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente dos fornecedores é contra estoque e custo dos produtos vendidos no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do custo é considerada despesa financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

O IFRS 9 (2009) introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob IFRS 9 (2009) ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. IFRS 9 (2010) introduz adições em relação aos passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperação de ativos financeiros e contabilidade de *hedge*.

O IFRS 9 (2010 e 2009) é efetivo para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015. A adoção do IFRS 9 (2010) deve causar um impacto nos ativos financeiros da Companhia, mas nenhum impacto nos passivos financeiros da Companhia.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 – Mensuração do Valor Justo)

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispersada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. A Companhia está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo (veja nota explicativa 6). O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Amendments to IAS 19 Employee Benefits (2011) (Alterações ao IAS 19 Benefícios a Empregados) (CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados)

O IAS 19 (2011) / CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. O IAS 19 (2011) / CPC 33 (R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixa e bancos	23.863	18.453
Aplicações financeiras de curto prazo	75.070	856
	<u>98.933</u>	<u>19.309</u>

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, remuneradas em condições e taxas normais de mercado, e estão destinadas à utilização imediata nas operações da Companhia.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários e Operações Compromissadas com característica de recompra, de alta liquidez, contratados diretamente com as instituições financeiras e remunerados a taxas que variam entre 100% e 101,50% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo de aplicações financeiras decorrente da emissão de debêntures descrita na nota explicativa 16, representa R\$ 33.830 em 31 de dezembro de 2012. E o saldo decorrente de antecipação de recebíveis representa R\$ 41.072. O resgate antecipado dessas aplicações não ocasiona perdas financeiras para a Companhia.

Por essa razão, a Companhia considerou esses ativos circulantes como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

5 Arrecadação de recursos de terceiros

O saldo da conta Arrecadação de recursos de terceiros, no ativo circulante, corresponde aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, onde a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em sua rede de farmácias, e que devem ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias.

Os recursos arrecadados perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 14.562 e R\$ 9.602 em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Os valores registrados na conta Arrecadação de recursos de terceiros, no passivo circulante, de forma similar, referem-se aos débitos a serem repassados aos conveniados quando da atividade de correspondente bancário.

Os valores dos débitos a serem repassados, perfazem, respectivamente, os montantes de R\$ 37.896, sendo R\$ 36.656 junto a terceiros e R\$ 1.240 junto a partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e R\$ 17.668, sendo R\$ 17.301 junto a terceiros e R\$ 367 junto a partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2011.

6 Outros investimentos

	2012	2011
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>1.978</u>	<u>2.157</u>
Circulante	<u>200</u>	<u>515</u>
Não circulante	<u>1.778</u>	<u>1.642</u>

Referem-se às aplicações financeiras, substancialmente, a renda fixa, lastreadas a CDB – Certificados de Depósitos Bancários, e remunerados a taxas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), classificadas como mantidos até o vencimento, no ativo circulante.

Os ativos financeiros classificados como mantidos até o vencimento, no valor de R\$ 1.778, estão atrelados a uma obrigação de um financiamento, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato junto ao Banco do Nordeste do Brasil – BNB, a ser encerrado em 2 de abril de 2015.

7 Contas a receber de clientes

Composição da conta

	2012	2011
Cartões de crédito a receber	120.076	139.732
Convênios a receber	12.826	8.697
Comissões a receber	837	3.095
Perdas por redução no valor recuperável	-	(104)
	<u>133.739</u>	<u>151.420</u>

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes e a outras contas são divulgadas na Nota Explicativa 26.

Alguns saldos de recebíveis de cartões de crédito foram dados como garantias para os financiamentos e empréstimos e de debêntures emitidas pela Companhia cujo os detalhes encontram-se divulgados nas Nota Explicativas 15 e 16.

Ajustes a Valor Presente (AVP)

A Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente e, com base nesses estudos, a Administração entende que não há necessidade de contabilização do AVP, considerando que o prazo médio de recebimento das contas a receber de clientes é de aproximadamente entre 15 e 20 dias, prazo esse considerado como parte das condições normais e inerentes das operações da Companhia.

Provisão para perdas com crédito de liquidação duvidosa

A Companhia não tem histórico de perdas com seus recebíveis de clientes, razão pela qual nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa vinha sendo reconhecida. No entanto, foi necessário realizar uma provisão de R\$ 104 no exercício de 2011, em decorrência do decreto presidencial do Banco Central da interdição em 15 de setembro de 2011 da Oboé Tecnologia e Serviços Financeiros S.A. (Oboé Card). Mesmo com este efeito considerado extraordinário, a Administração entende que não há risco de crédito em sua carteira de cliente, uma vez que nas transações com administradoras de cartão, o risco de crédito é transferido.

8 Estoques

Composição da conta	2012	2011
Mercadorias de revenda nas lojas	354.557	298.572
Mercadorias de revenda no centro de distribuição	250.477	224.216
Materiais para uso e consumo	<u>744</u>	<u>494</u>
	<u>605.778</u>	<u>523.282</u>

Ajustes a valor presente (AVP)

A Companhia calculou o ajuste a valor presente (AVP) do saldo de fornecedores, das compras totais no ano, com o correspondente cálculo envolvendo as mercadorias ainda em estoque, utilizando uma taxa entre 9,17% a.a. e 12,03% a.a. na data de cada operação (ver explicação na Nota Explicativa 14). O efeito do AVP foi de R\$ 9.429 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 10.147 em 31 de dezembro de 2011), apresentado líquido no saldo de estoque.

Provisão para obsolescência de estoque

Não há registro de provisão para obsolescência por historicamente não existirem perdas. O estoque da Companhia é composto substancialmente por itens de medicamentos. A Companhia, portanto, possui negociações informais com seus fornecedores para reposição, troca e/ou retirada dos produtos antes de seus vencimentos.

9 Impostos e contribuições a recuperar

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
ICMS (a)	437	-	545	-
IRPJ (b)	2.404	-	118	-
CSLL (c)	1.160	-	273	-
COFINS (c)	866	4.661	677	4.297
PIS (c)	198	832	148	767
Outros	59	1.014	-	942
	<u>5.124</u>	<u>6.507</u>	<u>1.761</u>	<u>6.006</u>

- (a) Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS): é resultante basicamente do regime de apuração normal de ICMS da central de distribuição da Companhia, localizada no Estado do Ceará.
- (b) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL): são decorrentes das antecipações e pagamentos a maior ou indevidos.
- (c) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): são créditos oriundos do regime de não-cumulatividade estabelecido pelas Leis n^{os}. 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente.

10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia, com base em estudo técnico aprovado pela Administração, relativo à estimativa de lucros tributáveis futuros, reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A recuperação do valor do ativo fiscal diferido é revisada periodicamente e as projeções são revisadas anualmente. Caso haja fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas são revisadas durante o exercício pela Companhia.

Origem dos créditos fiscais diferidos	2012	2011
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social (b)	14.414	18.914
Diferenças temporárias (c)	1.341	1.617
Impostos diferidos sobre os ajustes de CPC (c)	<u>(1.351)</u>	<u>(290)</u>
Total	<u>14.404</u>	<u>20.241</u>
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Ativo	22.698	24.755
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Passivo	<u>(8.294)</u>	<u>(4.514)</u>
Efeito líquido	<u>14.404</u>	<u>20.241</u>

- a. Conciliação das despesas e receitas de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) e da alíquota efetiva vigente sobre esses impostos

	2012	2011
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]	125.757	133.549
Alíquota fiscal combinada [D]	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	42.757	45.407
Adições permanentes: [B]	1.792	4.949
Multas não dedutíveis	102	184
Resultado na venda de imóveis(reavaliação)	-	4.459
Outras adições permanentes	1.690	306
Exclusões permanentes: [C]	72.925	66.564
ICMS sobre operações interestaduais	58.185	54.744
Juros sobre capital próprio	13.294	8.748
Outras exclusões permanentes	1.446	3.072
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado do exercício após adições/exclusões [A] + [B] – [C] X [D] = [E]	18.393	24.458
Alíquota efetiva [E]/[A]	14,63%	18,31%

b. Composição e movimentação do prejuízo fiscal (IRPJ) e base negativa de Contribuição Social (CSLL) a compensar

As variações verificadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram decorrentes da utilização dos créditos de base negativa de contribuição social.

A movimentação dos saldos existentes de 31 de dezembro de 2011 a 2012 pode assim ser demonstrada:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	23.733	2.540	26.273
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(5.819)	(2.095)	(7.914)
Reversão de tributos diferidos proveniente dos ajustes de CPC	408	147	555
Saldo em 31 de dezembro de 2011	18.322	592	18.914
Compensação de Prejuízo fiscal/ Base de cálculo negativa da CSLL	(3.908)	(592)	(4.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	14.414	-	14.414

c. Composição dos tributos diferidos oriundos das diferenças temporárias e dos ajustes da adoção do CPC

	Saldo em 01/01/11	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/11	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/12
Custo atribuído	(575)	369	(206)	47	(159)
Capitalização dos juros	(644)	(37)	(681)	(293)	(974)
Ajuste a valor de mercado	-	748	748	(323)	425
Custos com IPO	-	(725)	(725)	(892)	(1.617)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	35	35	(35)	-
Outras provisões	1.757	399	2.156	159	2.315
Total	538	789	1.327	(1.337)	(10)

d. Segregação entre tributos diferidos ativos e passivos

	2012	2011
Custo atribuído	(159)	(206)
Capitalização dos juros	(974)	(681)
Provisão para contingências	1.341	1.581
Ajuste a valor presente	974	575
Ajuste a valor de mercado	425	748
Custos com IPO	(1.617)	(725)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	35
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social a compensar	14.414	18.914
Total	14.404	20.241
Ativo	22.698	24.755
Passivo	(8.294)	(4.514)

e. Expectativa de realização

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de bases negativas de contribuição social e prejuízo fiscal a compensar, conforme segue:

Anos	R\$
2013	7.200
2014	7.214
	14.414

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício.

11 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com suas partes relacionadas, acionistas, profissionais-chaves da Administração e outras partes relacionadas.

a. Composição da conta

		2012		2011	
	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas					
Adiantamento a terceiros					
Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. (a)	Compra de medicamentos	273	-	261	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	<u>178</u>	<u>-</u>	<u>172</u>	<u>-</u>
		451	-	433	-
Outros créditos					
Pax Corretora de Valores e Câmbio Ltda. (f)	Serviços de corretagem	<u>49</u>	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>-</u>
Adiantamentos					
Renda Participações S.A. (b)	Adiantamentos	6.611	-	5.572	-
Dupar Participações S.A. (c)	Adiantamentos	132.691	-	80.307	-
Francisco Deusmar de Queirós (i)	Adiantamentos	328	-	4.073	-
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (h)	Adiantamentos	4.834	-	-	-
Mario Henrique Alves de Queirós (j)	Adiantamentos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>119</u>
		144.464	-	89.952	119
Fornecedores					
Midigraf Serviços Digitais Ltda. (d)	Prestação de serviços gráficos	-	17	-	-

		2012		2011	
	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Partes relacionadas					
PH Segurança Ltda. (g)	Serviços de segurança	-	-	-	-
Gráfica Boa Letra Ltda. (e)	Serviços gráficos	-	5	-	-
ePharma PBM do Brasil S.A. (k)	Adiantamentos	-	12	-	-
		-	34	-	-
Arrecadação de recursos de terceiros					
Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. (h)	Arrecadação de recursos de terceiros	-	1.240	-	367
Outras contas a pagar					
Renda Participações S.A. (b)	Aluguéis	-	333	-	302
Dupar Participações S.A. (c)	Aluguéis	-	2.066	-	1.481
		-	2.399	-	1.783
Juros sobre capital próprio					
Acionistas	JSCP	-	10.967	-	9.607
Total		<u>144.964</u>	<u>14.640</u>	<u>90.425</u>	<u>11.876</u>
Circulante		500	14.640	473	11.757
Não circulante		144.464	-	89.952	119

- (a) Distribuidora de Produtos Hospitalares Ame Farma Ltda. - Atua no comércio atacadista de drogas, medicamentos de uso humano, insumos farmacêuticos para manipulação e produtos hospitalares em geral.

Ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve novas compras de medicamentos junto a essa parte relacionada. Os saldos apresentados são, basicamente, decorrentes de compras, realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

- (b) Renda Participações S.A. - Atua no ramo de compra, venda e administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Além das transações de adiantamentos entre as partes relacionadas, existem operações de locações de imóveis entre a Companhia (locatária) e sua parte relacionada. Em 31 de dezembro de 2012, existem 11 imóveis em locação impactando o resultado em R\$ 3.965 durante o exercício de 2012 (R\$ 3.048 em 2011). O saldo de aluguéis a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 333 (R\$ 302 em 31 de dezembro de 2011).

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Renda Participações S.A. e de terceiros, está apresentada na Nota Explicativa 17.

- (c) Dupar Participações S.A. - Atua no ramo de administração de bens móveis e imóveis próprios e de terceiros, representação comercial, participação em outras empresas, bem como na administração de carteira de ações próprias e de terceiros.

Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis, a Companhia vendeu os 45 imóveis de não uso e 130 imóveis de uso na atividade operacional, para a sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., resultando no saldo a receber de R\$ 49.584 com vencimento inicial previsto para 15 de novembro de 2011 o qual posteriormente foi decidido que será abatido com os valores dos aluguéis pagos mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2012 existem 210 contratos de imóveis (em 31 de dezembro de 2011 existiam 152 contratos de imóveis) de propriedade da Dupar e alugados pela Companhia (locatária). O valor mínimo dos aluguéis dos imóveis é de R\$ 5 atualizado anualmente pelo IGP-M ou 2% do faturamento da respectiva loja, dos dois o maior. O impacto no resultado de 2012 foi de R\$ 20.844 (R\$ 4.305 em 2011).

No decorrer de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 100.400 (R\$ 65.362 em 2011) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. As operações de adiantamentos junto à Dupar Participações S.A. serão

liquidadas através do pagamento de aluguéis que será recebido pela Dupar Participações S.A. mensalmente, ou despesas de natureza diversas podem ser utilizadas para liquidação do saldo.

A projeção de despesas com aluguéis, incluindo os imóveis da Dupar Participações S.A. e de terceiros está apresentada na Nota Explicativa 17.

- (d) Midigraf Serviços Digitais Ltda. – Atua principalmente na execução de serviços gráficos digitais, comércio varejista de produtos de papelaria e artigos de escritório.

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo transacionado com esta parte relacionada no resultado totalizou R\$ 246 (R\$ 227 em 2011).

- (e) Gráfica Boa Letra Ltda. – Esta parte relacionada tem como objetivo a impressão de livros, revistas, material de publicidade, material de escritório e outros periódicos em geral sob encomenda.

No decorrer do período de 2012 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 6 (R\$ 172 em 2011).

- (f) Pax Corretora de Valores e Cambio Ltda. – Atua como agente intermediário na compra e venda de ações no mercado financeiro.

No decorrer do período de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 9 (R\$ 14 em 2011).

- (g) PH Segurança Ltda. – Empresa que atua no mercado de prestação de serviços de segurança pessoal, patrimonial e empresarial.

Não há saldo em aberto com esta parte relacionada em 31 de dezembro de 2012. O valor dos serviços contratados que impactaram o resultado em 2012 foi de R\$ 1.199 (R\$ 971 em 2011).

- (h) Pague Menos Gerenciadora de Serviços Ltda. – Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Em 2012 foi transacionado o montante de R\$ 1.240 no passivo (R\$ 4.850 em 2011). E no ativo, até 31 de dezembro de 2012, foi transacionado o montante de R\$ 2.431 proveniente de reclassificação do saldo do passivo com natureza credora na época e ainda R\$ 2.401 de demais adiantamentos.

- (i) Francisco Deusmar de Queirós – Principal acionista da Companhia com 70% de controle do capital societário.

Em 2012, foi transacionado no ativo o montante líquido de R\$ 3.745 (R\$ 4.073 em 2011) de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia.

- (j) Mario Henrique Alves de Queirós – Acionista da Companhia com 4% de controle do capital societário.

Em 2011, foi transacionado no passivo o montante líquido de R\$ 119 de transações de adiantamentos entre esta parte relacionada e a Companhia. O saldo com esta parte relacionada foi encerrado em 30 de junho de 2012.

- (k) ePharma PBM do Brasil S.A. - Programa de Benefícios de Medicina da Saúde - Tem como objetivo principal o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo conhecimento e ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal negócio da Sociedade é representado pelo gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos.

Em 2012 foi transacionado no resultado o montante de R\$ 1.931 (R\$ 797 em 2011).

As operações de adiantamentos entre as partes relacionadas não preveem cláusulas de atualizações (juros e atualização monetária) e não possuem prazos de vencimentos.

As entidades listadas abaixo são consideradas partes relacionadas pela Companhia por atenderem aos critérios previstos no CPC 05 (IAS 24), porém, não possuíram transações no exercício:

- Giss do Brasil S.A.;
- Fundação Educacional Deusmar Queirós;
- Renda Corretora de Mercadorias SC Ltda.;
- Construtora Boa Terra Ltda.;
- Renda Florestal Ltda.;
- Edson de Arruda Câmara Junior ME.;
- Praxis Consultoria Ltda; e
- Ponte & Caminha Consultoria Ltda.

A remuneração total dos administradores totalizou R\$ 1.743, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 574 em 31 de dezembro de 2011) e está relacionada apenas a benefícios de curto prazo.

A Companhia não possui política de Benefícios pós-emprego (previdência privada) e remuneração baseada em ações.

O valor de R\$ 15.671 que se refere ao pagamento de dividendos adicionais propostos provisionados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011 foi desconsiderado na demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa haja visto que este valor foi compensando com saldo a receber de partes relacionadas.

b. Garantias, avais e fianças com partes relacionadas

A Companhia possui ainda transações com partes relacionadas em que as pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas prestam fiança, aval ou garantia em contratos conforme segue:

Parte relacionada	Saldo existente
Francisco Deusmar de Queirós	195.882
Aval	84.956
Garantidor	110.926
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge	14.309
Aval	14.309
Francisco Deusmar de Queirós e cônjuge/ Josué Ubiranilson Alves e cônjuge	7.915
Aval	7.915
Dupar Participações S.A.	39.787
Aval	31.872
Garantidora	7.915
Renda Participações S.A.	7.915
Garantidora	7.915

As partes relacionadas Dupar Participações S.A. e Renda Participações S.A. são garantidoras da Companhia no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste referente no. 16.2008.12524.2938 apresentado na Nota Explicativa 15 em virtude da posse dos imóveis listados nesta nota explicativa e alienados no referido contrato de financiamento não pertecerem à Companhia.

12 Imobilizado

	Terrenos	Edificações	Obras em andamento	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Aeronave	Equipamentos de informática	Importações em andamento	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo													
Saldos em 1º de janeiro de 2011	23.377	37.664	16.682	38.111	9.390	14.873	7.317	3.732	-	19.616	11.180	-	181.942
Adições	-	3.466	31.304	25.421	3.418	3.145	4.050	337	218	3.885	1.697	5.622	82.563
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	1.709	91	-	-	-	-	-	-	-	-	1.800
Transferências	21.364	(41.130)	(40.409)	53.100	-	-	-	-	12.877	-	(12.877)	-	(7.075)
Baixas	(44.741)	-	-	-	-	-	-	(370)	-	-	-	-	(45.111)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	9.286	116.723	12.808	18.018	11.367	3.699	13.095	23.501	-	5.622	214.119
Adições	-	-	24.527	39.869	2.780	10.261	3.387	674	-	7.471	-	20.345	109.314
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	1.324	-	-	-	-	-	-	-	-	1.324
Transferências	-	-	(8.585)	8.562	(16)	654	16	-	-	(631)	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	(5)	(1)	-	(215)	-	(1)	-	-	(222)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	25.228	166.478	15.567	28.932	14.770	4.158	13.095	30.340	-	25.967	324.535
Taxas de depreciação	-	-	-	10% a 20% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	10% a.a.	20% a.a.	6,66% a.a.	20% a.a.	-	-	
Depreciação													
Saldos em 1º de janeiro de 2011	-	(6.627)	-	(21.768)	(4.577)	(3.832)	(1.798)	(2.191)	-	(9.822)	-	-	(50.615)
Depreciação no período	-	(627)	-	(11.478)	(913)	(1.605)	(920)	(598)	(724)	(3.234)	-	-	(20.099)
Custo atribuído (CPC 27)	-	(13)	-	(68)	-	-	-	-	-	-	-	-	(81)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	(20)	-	(187)	-	-	-	-	-	-	-	-	(207)
Transferências	-	7.075	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.075
Estornos	-	212	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	212
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	353	-	-	-	-	353
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	(33.501)	(5.490)	(5.437)	(2.718)	(2.436)	(724)	(13.056)	-	-	(63.362)
Depreciação no período	-	-	-	(24.333)	(1.133)	(2.342)	(1.234)	(463)	(873)	(3.270)	-	-	(33.648)
Custo atribuído (CPC 27)	-	-	-	(137)	-	-	-	-	-	-	-	-	(137)
Capitalização de Juros (CPC 20)	-	-	-	(463)	-	-	-	-	-	-	-	-	(463)
Transferências	-	-	-	5	4	(131)	(4)	-	-	126	-	-	-
Estornos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	191	-	-	-	-	191
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	(58.429)	(6.619)	(7.910)	(3.956)	(2.708)	(1.597)	(16.200)	-	-	(97.419)
Valor contábil													
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	9.286	83.222	7.318	12.581	8.649	1.263	12.371	10.445	-	5.622	150.757
Em 31 de dezembro de 2012	-	-	25.228	108.049	8.948	21.022	10.814	1.450	11.498	14.140	-	25.967	227.116

As adições no imobilizado referem-se às aquisições de ativos operacionais, benfeitorias em imóveis de terceiros para expansão das atividades com a construção de novas lojas, modernização da central de distribuição e das instalações das lojas já existentes e investimentos em equipamentos de informática.

Em 30 de junho de 2011, através de contrato de compra e venda de imóveis entre a Companhia e sua parte relacionada, Dugar Participações S.A., foram vendidos, pelo valor contábil, os 130 imóveis de uso na atividade operacional, os quais totalizavam R\$ 44.741. Estes imóveis vendidos, anteriormente registrados no ativo imobilizado, não contemplam os 45 imóveis igualmente vendidos à Dugar Participações S.A. e, anteriormente, registrados como Propriedades para investimentos. Este valor foi desconsiderado na Demonstração do fluxo de caixa por não impactar o saldo de caixa.

Os bens mantidos no ativo imobilizado, totalmente depreciados, somam R\$ 43.429 até 31 de dezembro de 2012. O saldo é formado substancialmente pela depreciação das benfeitorias em imóveis de terceiros as quais foram depreciadas pelo prazo de contrato do imóvel, que, em média, é de 5 anos. A Companhia não possui ativo imobilizado temporariamente ocioso.

Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa, exceto pela transação já mencionada acima.

a. Custo atribuído

Os valores justos utilizados na adoção do custo atribuído foram estimados por três especialistas com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para realizarem este trabalho, os especialistas consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados e do ambiente econômico em que operam, considerando o planejamento e outras peculiaridades dos negócios da Companhia. Como parte da adoção do custo atribuído, a Administração avaliou as classes de terrenos e edificações do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído em 1º de janeiro de 2009. Adicionalmente, foi realizada a revisão da vida útil estimada e do valor residual.

O relatório de avaliação gerado pelos especialistas, datado de 31 de dezembro de 2010, foi aprovado pela Diretoria e em comum acordo com os acionistas da Companhia, conforme requerido pelo estatuto social.

A Companhia vem calculando a depreciação sobre o montante agregado contabilizado como custo atribuído mensalmente, conforme quadro anteriormente apresentado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o efeito da depreciação da parcela do custo atribuído foi de R\$ 137 (R\$ 81 em 31 de dezembro de 2011). O maior efeito do custo atribuído foi sobre terrenos e, portanto, sem efeito de depreciação.

b. Imobilizado em construção

A Companhia possui estabelecimentos (lojas) em construção, sendo 40 lojas e 1 centro de distribuição em 31 de dezembro de 2012 (36 lojas em 31 de dezembro de 2011). O saldo dos custos incorridos com lojas em construção até a data da demonstração financeira totalizavam R\$ 25.228 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 9.286 em 31 de dezembro de 2011). Tais montantes incluem os custos de empréstimos capitalizados.

Foram capitalizados os custos dos empréstimos no montante de R\$ 1.324 em 2012 (R\$ 1.800 em 2011). Esses custos foram apurados utilizando-se a taxa média entre 9,17% a 12,03% a.a. referente aos contratos de financiamentos utilizados na construção dos estabelecimentos da Companhia.

c. Provisão para redução no valor recuperável (*impairment*)

Os ativos da Companhia estão contabilizados por valores que não superam seus valores recuperáveis, inexistindo a necessidade do reconhecimento da desvalorização por meio da constituição da provisão para perdas. Para assegurar-se de que seus ativos não estão contabilizados por valor superior ao de recuperação pelo uso ou venda, a Companhia toma por base análises sobre os fatores externos e internos previstos no CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativo.

Após a avaliação dos fatores externos ou internos, a Companhia não indicou a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

13 Intangível

	Vida útil indefinida	Vida útil definida			Total
		Fundo de comércio (<i>Key money</i>)	Softwares	Desenvolvimento de <i>websites</i>	
Costo					
Saldo em 1º de janeiro de 2011	4.181	1.452	1.538	-	7.171
Adições	<u>14</u>	<u>4.100</u>	<u>3.010</u>	<u>36</u>	<u>7.160</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>4.195</u>	<u>5.552</u>	<u>4.548</u>	<u>36</u>	<u>14.331</u>
Adições	<u>-</u>	<u>2.820</u>	<u>2.596</u>	<u>33</u>	<u>5.449</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>4.195</u>	<u>8.372</u>	<u>7.144</u>	<u>69</u>	<u>19.780</u>
Amortização					
Taxas anuais de amortização	-	(*)	20%	10%	-
Saldo em 1º de janeiro de 2011	-	(254)	(364)	-	(618)
Amortização	<u>-</u>	<u>(456)</u>	<u>(484)</u>	<u>-</u>	<u>(940)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>-</u>	<u>(710)</u>	<u>(848)</u>	<u>-</u>	<u>(1.558)</u>
Amortização	<u>-</u>	<u>(816)</u>	<u>(1.179)</u>	<u>(1)</u>	<u>(1.996)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>-</u>	<u>(1.526)</u>	<u>(2.027)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3.554)</u>
Valor contábil					
Em 31 de dezembro de 2011	<u>4.195</u>	<u>4.842</u>	<u>3.700</u>	<u>36</u>	<u>12.773</u>
Em 31 de dezembro de 2012	<u>4.195</u>	<u>6.846</u>	<u>5.117</u>	<u>68</u>	<u>16.226</u>

(*) A amortização do fundo de comércio (*Key money*) é calculada pelo prazo de vigência de cada contrato de aluguel das lojas, os quais possuem uma média de 60 meses (5 anos).

Não existem transações de aquisições e baixas no ativo intangível que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

A amortização mensal dos ativos intangíveis, com vida útil definida, é registrada em contrapartida do resultado no grupo de Despesas administrativas e gerais.

Fundo de comércio (*Key money*)

Fundo de comércio (*Key money*) compreende cessão de pontos comerciais adquiridos na contratação de locação de lojas, que são demonstrados a valor de custo de aquisição e amortizados pelo método linear, e leva em consideração os prazos dos contratos de locação. As baixas dos fundos de comércio se dão por desativação de lojas, sendo seus efeitos registrados no resultado.

Marcas e patentes

A Companhia havia perdido o direito de utilização da marca “Pague Menos” no estado da Paraíba devido a uma disputa judicial. Em 30 de dezembro de 2010, através de contrato particular de compra e venda da marca “Pague Menos”, a

Companhia adquiriu novamente o direito de utilização de sua marca naquele Estado.

Desenvolvimento de *websites*

Representam gastos com a plataforma *e-commerce* (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e *layout* gráfico dos sites) sendo amortizados de forma linear, considerando-se o prazo estipulado de utilização dos benefícios auferidos.

Teste de valor recuperável de marcas e patentes

A Companhia aplicou teste de recuperação do valor contábil do ativo intangível na conta Marcas e Patentes, baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importante ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento da operação, aprovado pela Diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação da Companhia, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos e o modelo foi baseado nas seguintes premissas fundamentais aplicadas:

- As receitas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual de 20% em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro.
- Os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico, e sua expectativa quanto à evolução dos custos das mercadorias no contexto do crescimento das vendas projetado.
- Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas.
- Os fluxos de caixas futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto, a qual reflete o custo de oportunidade da Companhia (WACC).

Nesse processo de avaliação, o valor da marca obtido nos testes de recuperação do ativo intangível da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, visto que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.

14 Fornecedores

a. Composição da conta

	2012	2011
Fornecedores	421.407	422.101
(-) Crédito por devoluções	<u>(159.785)</u>	<u>(56.955)</u>
	<u>261.622</u>	<u>365.146</u>

O efeito do ajuste a valor presente (AVP) foi de R\$ 5.971 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 9.552 em 31 de dezembro de 2011), apresentado líquido no saldo de fornecedores.

Em atendimento ao CPC 12 (IAS 39), foi utilizada taxa média correspondente a 9,17% a.a. (12,03% a.a. em 31 de dezembro de 2011), considerando um prazo médio de pagamento de 50 a 88 dias, sendo este critério uniforme para o exercício de 2012 e 2011.

Em atendimento à Deliberação nº. 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 12 (IAS 39), a Companhia realizou estudos para calcular os ajustes a valor presente de seus ativos e passivos, utilizando-se as taxas de juros acima

citadas que refletem a natureza desses ativos no que tange ao prazo, risco, moeda, condição de recebimento prefixada ou pós-fixada.

A taxa utilizada para o desconto dos fluxos corresponde à Taxa Média Ponderada de Capital (WACC – *Weighted Average Cost of Capital*) da Companhia na data-base de 31 de dezembro de 2012, que, por sua vez, é calculada através da ponderação do custo de capital de terceiros líquido e do capital próprio, este último, calculado através da metodologia CAPM - *Capital Asset Pricing Model* a qual considera a taxa livre de risco.

Os créditos por devoluções referem-se a negociações com os fornecedores relacionadas à troca e/ou retiradas de mercadorias, ou seja, os créditos por devoluções funcionam como notas de créditos.

b. Por vencimento (sem efeito do AVP)

	2012	2011
A vencer		
1 a 30 dias	182.207	179.919
31 a 60 dias	82.795	109.491
61 a 90 dias	40.584	38.230
Acima de 91 dias	110.803	24.367
Subtotal	416.389	352.007
Títulos contra-apresentação	10.989	79.646
Total	427.378	431.653

Os títulos contra-apresentação vencem apenas quando da venda das mercadorias a terceiros e não possuem incidência de encargos.

c. Concentração da carteira (sem efeito do AVP)

	2012		2011	
Fornecedores				
Maior fornecedor	36.047	8%	20.011	5%
do 2º ao 25º	246.542	58%	204.568	47%
do 26º ao 50º	61.072	14%	84.281	20%
Demais fornecedores	83.717	20%	122.793	28%
Total	427.378	100%	431.653	100%

15 Financiamentos e empréstimos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa 26 – Instrumentos financeiros.

a. Composição da conta

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2012	2011
Banco do Brasil	Capital de giro	CDI	1,82% a 2% a.a.	43.839	170.728
Banco do Brasil	Capital de giro	-	4,7% a 8,7% a.a.	3.352	1.947
Banco do Brasil	Finame	TJLP	3,4% a.a.	644	1.238
Banco do Brasil	Finame	-	4,5% a.a.	946	1.419
Banco do Brasil	Financiamento veículo	-	16,08% a.a.	117	-
Banco do Nordeste do	Capital de giro	-	10% a.a.	7.915	11.306

Banco	Tipo	Index	Taxa de juros	2012	2011
Brasil					
HSBC	Capital de giro	-	13,35% a.a.	-	6.595
Safra	Capital de giro	-	16,35% a.a.	-	288
Safra	Capital de giro	CDI	2,42% a 2,67% a.a.	-	3.018
Citi	Capital de giro - <i>swap</i>	USD/CDI	2,52% a.a.	-	3.738
Santander Real	Capital de giro - <i>swap</i>	Taxa fixa/CDI	2,4% a.a.	-	10.406
Santander Real	Compror	CDI	1,68% a 1,98% a.a.	11.182	779
Santander Real	Capital de giro	CDI	1,65% a 2,4% a.a.	34.998	8.407
Itaú	Capital de giro - <i>swap</i>	USD/CDI	1,75% a 2,3% a.a.	110.926	27.274
Itaú	Capital de giro	CDI	1,72% a 3,66% a.a.	85.065	31.139
Itaú	Garantida	CDI		<u>4.876</u>	<u>4.897</u>
Total de financiamentos e empréstimos				<u>303.860</u>	<u>283.179</u>
Circulante				<u>101.860</u>	<u>155.499</u>
Não circulante				<u>202.000</u>	<u>127.680</u>

A Companhia não possui linhas de crédito obtidas e não utilizadas. Não existem transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa e que estejam registradas na Demonstração do fluxo de caixa.

Com o recursos provenientes da emissão de debêntures pela Companhia (ver Nota Explicativa 16), foram liquidados as operações com o Banco do Brasil Nos. 160400996, 160401401, 160400989, 160401249 e 160401032 respectivamente nos montantes de R\$ 95.527, R\$ 19.030, R\$ 5.337, R\$ 7.336 e R\$ 6.341.

b. Por moeda

	2012	2011
Em moeda nacional – (R\$)	192.934	252.168
Em moeda estrangeira, dólar – (R\$)	<u>110.926</u>	<u>31.011</u>
Total	<u>303.860</u>	<u>283.179</u>

c. Cronograma de desembolso

	2012	2011
Vencimentos		
2012	-	155.499
2013	101.860	81.071
2014	147.648	44.653
2015	53.471	1.530
Acima de 2015	<u>880</u>	<u>426</u>
Total	<u>303.860</u>	<u>283.179</u>

d. Garantias

Em garantia ao financiamento junto ao Banco do Nordeste referente ao contrato n°. 16.2008.12524.2938, foram oferecidos os imóveis a seguir mencionados de propriedade de suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. e Renda Participações S.A.. Esse contrato contempla uma cláusula de obrigatoriedade de constituição de um Fundo de liquidez, o qual deve ser mantido por toda a vigência do contrato, que se encerra em 2 de abril de 2015. Em 31 de dezembro de 2012,

o saldo do Fundo de liquidez perfaz o montante de R\$ 1.778 registrado no grupo de Outros investimentos, no ativo circulante, conforme Nota Explicativa 6.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos imóveis em 31 de dezembro de 2012:

Proprietário	Bens em garantia	Número de matrícula	Data de matrícula	Valor
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, 1620	3.977	28/08/2008	238
Renda Participações S.A.	Rua Senador Pompeu, 1520	49.593	23/08/1990	3.308
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Cordeiro, 300	4.927	18/10/2007	14.622
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, s/n	29.572	18/09/2008	780
Dupar Participações S.A.	Rua Juvêncio Barroso, s/n	462	25/01/2008	878
Dupar Participações S.A.	Rua Tenente Lisboa, s/n	11.617	25/01/2008	3.017
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1501	36.686	12/06/1986	119
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1485	38.239	06/10/1986	186
Renda Participações S.A.	Av. Dom Manuel, 1020	72.206	17/09/2008	2.764
Renda Participações S.A.	Rua General Sampaio, 1505	1.636	05/06/1986	112
Dupar Participações S.A.	Av. Francisco Sá, 6200	64.997	11/02/2000	<u>1.480</u>
Total de imóveis				<u>27.504</u>

A Companhia não possui os imóveis relacionados acima sob sua propriedade (vide Notas Explicativas 11 e 12). Conforme contrato de compra e venda com sua parte relacionada Dupar Participações S.A., quando da transferência da propriedade dos bens para sua parte relacionada, esta passou a ser a fiadora desta garantia para a Companhia, sem a cobrança de valores.

Além das fianças, avais e/ou garantias prestadas pelas partes relacionadas pessoas físicas dos acionistas e as jurídicas, ainda há foram dadas outros tipos de garantias para os empréstimos e financiamentos contratos pela Companhia, conforme discriminado no quadro abaixo:

Banco/Garantia	Saldo existente
Banco do Brasil	48.780
Alienação fiduciária de bens	4.941
Penhor de direitos creditórios do Visa	43.839
Banco do Nordeste do Brasil	7.915
Alienação fiduciária de Imóveis	7.915
Itaú	84.956
Cessão fiduciária de direitos creditórios	84.956

e. Cláusulas restritivas

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas restritivas a título de *covenants* operacionais, em alguns contratos de dívida. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

16 Debêntures

Em 14 de maio de 2012 a Assembleia Geral Extraordinária – AGE da Companhia aprovou a 1ª emissão de debêntures simples no montante de R\$ 260.000 integralmente captados pelo Banco do Brasil S.A. em 18 de maio de 2012 e serão destinados a: i) alongamento do endividamento da Companhia; e ii) capital de giro.

a. Composição da conta

	2012		2011	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Principal e encargos	45.962	214.773	-	-

b. Movimentação da conta

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	-	-	-
Ingressos	-	260.000	260.000
Custo de captação	(520)	(1.488)	(2.008)
Realização do custo de captação	310	-	310
Encargos	13.940	-	13.940
Amortizações de juros	(11.507)	-	(11.507)
Transferências	43.739	(43.739)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>45.962</u>	<u>214.773</u>	<u>260.735</u>

c. Características da 1ª emissão de debêntures

Número da emissão:	1a emissão
Série:	Única
Data de emissão:	18/05/2012
Data de vencimento:	18/05/2016
Quantidade:	26 mil debêntures
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Coordenador:	BB - Banco de Investimentos S.A.
Banco Mandatário:	Itaú Unibanco S.A.
Banco Esriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.
Montante de emissão:	R\$ 260.000
Espécie:	Quirografia
Tipo e forma:	Escritural e nominative
Garantia:	Real e fidejussória
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações
Juros:	100% CDI
Spread:	1,19% a.a.
Carência:	18 meses
Pagamento do principal:	Semestralmente, a partir da data de emissão, considerando o prazo de carencia.
Pagamento da remuneração:	Semestralmente, a partir da data de emissão, sem carência.
Amortização programada do principal:	18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.
Amortização programada da remuneração:	18 de novembro de 2012, 18 de maio de 2013, 18 de novembro de 2013, 18 de maio de 2014, 18 de novembro de 2014, 18 de maio de 2015, 18 de novembro de 2015 e 18 de maio de 2016.

d. Garantias

Garantia real

Foi celebrado um "Instrumento Particular de Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios em Garantia" pelo qual a

Companhia cederá fiduciariamente e transferirá, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos debenturistas, a totalidade do fluxo de recebíveis equivalentes a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o saldo devedor das debêntures, decorrentes das vendas realizadas por meio de cartões com bandeira VISA devidos por clientes que tenham transitado na conta vinculada em cada período de apuração que equivale à três meses a contar do primeiro dia útil após o recebimento da debênture.

Garantia fidejussória

Foi celebrado uma fiança em nome do Sr. Francisco Deusmar de Queirós, obrigando-o como fiador e principal pagador, e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações desta, responsável também pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores principais e acessórios.

e. Cláusulas restritivas

A não observância pela Companhia dos índices e limites financeiros serão verificados trimestralmente pelo Agente fiduciário com base nas informações financeiras da Companhia divulgadas à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das debêntures. A Companhia está cumprindo as cláusulas restritivas.

17 Arrendamentos mercantis

a. Operacionais

Arrendamentos como arrendatário

Os arrendamentos operacionais não canceláveis serão liquidados do seguinte fluxo de pagamento:

Vencimentos	Valores
2013	63.635
2014	51.027
2015	38.025
2016	25.536
2017	13.135
Após 2017	<u>24.078</u>
	215.436
Terceiros	165.667
Partes relacionadas	<u>49.769</u>
Total	<u>215.436</u>

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía 652 contratos de arrendamento operacional, os quais se referem aos aluguéis de lojas, contratados junto a terceiros (426 contratos), incluindo os terrenos arrendados junto às suas partes relacionadas, Dupar Participações S.A. (210 contratos) e Renda Participações S.A. (16 contratos). Parte destes contratos referem-se à 399 lojas alugadas de terceiros, 175 lojas alugadas da Dupar Participações S.A. e 11 lojas alugadas da Renda Participações S.A todas já em funcionamento. E ainda, 2 centros de distribuição alugados da Dupar Participações S.A também em funcionamento.

Esses arrendamentos têm prazo de duração de 5 anos, com opção de renovação do arrendamento por igual período. Os pagamentos dos arrendamentos são reajustados periodicamente, de acordo com os aluguéis e práticas de mercado em que os imóveis estão situados.

A projeção dos aluguéis foi apresentada pelo valor presente dos fluxos de caixa dos valores fixos considerando a data de vencimento individual de cada contrato, com exceção para a parte relacionada, Dupar Participações S.A., para a qual foi

considerado o valor fixo dos imóveis de R\$ 5 (ver explicação do cálculo de aluguéis na Nota Explicativa 11).

Para os contratos junto a terceiros utiliza-se o IGP-M projetado como taxa futura de desconto e, para as partes relacionadas a taxa de oportunidade da Companhia.

Em 30 de junho de 2011 foram vendidos 130 terrenos em uso, conforme contrato de compra e venda de imóveis entre a Companhia e sua parte relacionada, Dupar Participações S.A., sobre os quais a Companhia detém 129 lojas de sua propriedade submetidas a contratos de aluguel junto à arrendadora, Dupar Participações S.A., cujos pagamentos têm vigência a partir de 1º de outubro de 2011, após o período de carência de três meses previsto em cláusula de contrato de aluguel entre as partes. A projeção acima demonstrada contempla os montantes destes aluguéis.

Os arrendamentos das lojas contemplam terrenos e edificações. O aluguel pago ao arrendador da edificação é ajustado de acordo com os preços de mercado (atualizados pelo IGP-M ou IPC), em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual da edificação; foi determinado que, basicamente, todos os riscos e benefícios das edificações são do arrendador. Diante do exposto, a Companhia, em sua melhor avaliação, concluiu que os arrendamentos são operacionais.

Foi reconhecido como despesa no resultado de 2012 o montante de R\$ 77.190, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 47.935 em 2011).

Nos termos dos contratos de aluguéis, o montante de R\$ 3.153 foi reconhecido como despesa de manutenção em 2012, referente aos arrendamentos operacionais (R\$ 6.654 em 2011).

b. Financeiros

A Companhia possui ativos no montante de R\$ 1.356, composto de veículos e computadores obtidos por meio de contratos de arrendamento mercantil financeiro. Os contratos possuem prazo de duração de 3 anos, com cláusulas de opção de renovação, opção de compra e de reajustamento após esse período. Não há saldo de arrendamento financeiro em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 195 em 31 de dezembro de 2011).

18 Impostos e contribuições a recolher

	2012	2011
ICMS	25.279	26.399
IRPJ - Imposto de renda	-	2.551
CSLL - Contribuição social	144	918
Retenções de PIS e COFINS	-	69
IRRF	2.500	1.124
ISS	410	58
INSS	7.486	5.916
FGTS	2.419	1.894
Contribuição sindical - Empregados	387	58
Outros impostos contribuições a recolher	<u>226</u>	<u>-</u>
	<u>38.851</u>	<u>38.987</u>

A Companhia atua em diversos Estados da federação e o ICMS a recolher é decorrente das apurações com base no regime normal e/ou substituição tributária aplicados em cada Estado em que opera.

19 Provisão para contingências

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seguindo critério de reconhecimento das provisões estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37), que determina que uma provisão deve ser reconhecida quando: i) a entidade tiver uma obrigação presente decorrente de um evento passado; ii) for provável que os recursos sejam exigidos para liquidar tal obrigação; e iii) o montante da obrigação puder ser estimado com suficiente segurança.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia constituiu provisão para contingências mediante análises das demandas judiciais pendentes em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso.

a. Composição da conta

	2012	2011
Administrativas	572	71
Cíveis	962	507
Trabalhistas	2.410	3.629
Tributárias	<u>-</u>	<u>445</u>
	<u>3.944</u>	<u>4.652</u>

O saldo das contingências trabalhistas acima descritos são formados principalmente por causas cujos valores individuais são pulverizados e referem-se substancialmente a recursos de verbas rescisórias, horas extras, diferenças salariais, férias, FGTS e aviso prévio.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia detinha demandas judiciais, classificadas por seus assessores jurídicos com risco de perda possível, no montante de R\$ 9.056 e R\$ 6.224, respectivamente, para as quais não foram constituídas provisões conforme estabelecem as práticas contábeis adotadas no Brasil.

b. Movimentação dos processos no exercício

2011	Saldo inicial 01/01/11	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Transferência de saldos	Saldo final 31/12/11
Administrativas	71	-	-	-	-	71
Cíveis	690	535	(718)	-	-	507
Trabalhistas	4.321	2.757	(3.204)	(245)	-	3.629
Tributárias	<u>85</u>	<u>360</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>445</u>
	<u>5.167</u>	<u>3.652</u>	<u>(3.922)</u>	<u>(245)</u>	<u>-</u>	<u>4.652</u>
2012	Saldo inicial 31/12/11	Adição a provisão	Reversão a provisão	Utilização da provisão	Transferência de saldos	Saldo final 31/12/12
Administrativas	71	214	(113)	-	400	572
Cíveis	507	687	(417)	-	185	962
Trabalhistas	3.629	2.423	(1.949)	(1.508)	(185)	2.410
Tributárias	<u>445</u>	<u>-</u>	<u>(45)</u>	<u>-</u>	<u>(400)</u>	<u>-</u>
	<u>4.652</u>	<u>3.324</u>	<u>(2.524)</u>	<u>(1.508)</u>	<u>-</u>	<u>3.944</u>

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social autorizado, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, realizada em 4 de janeiro de 2007, era de 50.000.000 de ações ordinárias nominativas de valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

Em 1º de março de 2011, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de um terço. Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 3 (três) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 2 (duas) novas ações para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social.

Em 21 de junho de 2011, foi aprovada por unanimidade a proposta da Diretoria para aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 90.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 18 de junho de 2012, conforme reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, ocorreu o desdobramento da totalidade das ações ordinárias em que se divide o capital social da Companhia à proporção de 2 (duas) para 1 (uma). Cada ação ordinária da Companhia passou a ser representada por 2 (ações) ações após o desdobramento, mediante a distribuição gratuita de 1 (uma) nova ação para cada ação existente, sem aumento do valor do capital social, passando o capital da Companhia ser representado por 300.000.000 (trezentos milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Ainda em 18 de junho de 2012, na mesma reunião de Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi aprovada por unanimidade o aumento de capital social, sem aumento de número de ações, em R\$ 80.000, mediante a incorporação de parte do saldo existente a título de Reservas de lucros - Reserva de incentivos fiscais.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 300.000.000 de ações ordinárias escriturais sem valor nominal, perfazendo um montante total de R\$ 220.000 (em 31 de dezembro de 2011 representado por 150.000 mil ações, perfazendo um montante total de R\$ 140.000).

b. Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Para o exercício findo em 2012 e 2011, os montantes de R\$ 5.368 e R\$ 5.455 foram destinados para a constituição da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o saldo de reserva legal é de R\$ 16.001 e R\$ 10.633.

Reserva de incentivo fiscal

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado em Nota Explicativa 22 - Subvenção governamental.

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2010, o montante de R\$ 90.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 6 de julho de 2011.

A reserva de incentivo fiscal vem sendo constituída a partir de 2009, visto que, no exercício de 2008, ocorreu um prejuízo. Em 2008, 2009, 2010 e 2011, foram apurados os montantes de R\$ 32.672, R\$ 39.255, R\$ 43.888 e R\$ 54.744. Do saldo acumulado em 2009, foram destinados apenas R\$ 25.993 do saldo remanescente dos Lucros/Prejuízos. No exercício de 2010, foram destinados para a reserva de incentivo fiscal o valor de R\$ 43.888 referente ao exercício corrente e ainda R\$ 20.744 correspondentes ao saldo remanescente dos exercícios anteriores.

E por fim, em 2011, foram destinados R\$ 79.934, sendo que R\$ 54.744 apurados no ano corrente e R\$ 25.190 de saldos remanescentes dos exercícios anteriores. Desta forma, o saldo de reserva de incentivos fiscais foi completamente destinado.

Do saldo da Reserva de incentivo fiscal do exercício de 2011, o montante de R\$ 80.000 foi destinado para aumento do capital social, conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de junho de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012 o saldo o valor do incentivo fiscal foi de R\$ 58.185, valor este completamente destinado para reserva de incentivo fiscal.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da depreciação ou alienação dos ativos a que elas se referem.

O montante de realização no exercício de 2012 foi de R\$ 90 (R\$ 717 em 2011).

d. Remuneração aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio)

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei. O montante dos juros sobre capital próprio será atribuído ao dividendo obrigatório.

Os dividendos referentes aos exercícios de 2012 e 2011 foram pagos em forma de Juros sobre capital próprio conforme previsto em estatuto social da Companhia.

A Companhia efetuou no exercício o cálculo dos juros sobre capital próprio de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95, e o montante creditado, por proposta do Conselho de Administração, para o exercício de 2012, foi de R\$ 13.294 (R\$ 8.748 em 2011).

O valor correspondente foi contabilizado como despesa financeira para fins fiscais, porém, para fins societários e contábeis, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado (dividendos) diretamente no patrimônio líquido, não afetando o resultado do exercício, nos termos da Deliberação CVM 207/96.

Não há provisão adicional para complemento da remuneração aos acionistas (dividendos obrigatórios) nos exercícios findos em 2012 e 2011. A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	107.364	109.091
(-) Reserva legal	(5.368)	(5.455)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(58.185)	(79.934)
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	<u>90</u>	<u>717</u>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	43.901	24.419
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
Dividendo anual – mínimo obrigatório	10.975	6.105
Juros sobre capital próprio calculado	13.294	8.748
Juros sobre capital próprio – limite do mínimo obrigatório	10.975	6.105
Juros sobre capital próprio – excedente ao mínimo obrigatório	2.319	2.643
Dividendos adicionais propostos	30.607	15.671

A parcela do dividendo excedente ao mínimo obrigatório, incluindo o valor que foi calculado e distribuído sob a forma de

juros sobre capital próprio, conforme demonstrado acima, está sendo destinado para a reserva de dividendos adicionais propostos conforme preconizado pela Interpretação do Pronunciamento Contábil - ICPC 08. Esta reserva, cujo saldo em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 32.934 será deliberada pelos acionistas em Assembleia a ser realizada no exercício de 2013.

O saldo da reserva de dividendos adicionais propostas de R\$ 15.671 existente em 31 de dezembro de 2011 foi utilizado para pagamento de dividendos conforme deliberação dos acionistas ocorrida em 2012.

Não houve dividendos distribuídos antecipadamente para o exercício de 2012.

21 Lucro líquido por ação

Conforme Nota Explicativa 20 - Patrimônio líquido, em 18 de junho de 2012 ocorreu um desdobramento de ações na proporção de 1 para 2 cada (de 150.000.000 para 300.000.000 de ações). De acordo com os itens 64 e 65 do CPC 41 - Resultados por ação (IAS 33), o cálculo do resultado básico e diluído por ação deve ser ajustado para todos os exercícios apresentados retrospectivamente, mesmo que essas alterações ocorram após a data do balanço, mas antes da autorização para emissão destas demonstrações financeiras. Portanto, o lucro por ação referente ao exercício comparativo foi apresentado em adequação a essa situação.

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2012 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, comparativamente com o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, conforme o quadro abaixo:

Média ponderada de ações (em milhares de ações)

	2012	Período (dias)
Saldo em 1º de janeiro de 2012	150.000	168
Desdobramento de ações em 18 de junho 2012	300.000	192
Média ponderada das ações em 31 de dezembro de 2012	230.000	360

	2012	2011
Lucro atribuível aos acionistas	107.364	109.091
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	230.000	150.000
Resultado por ação básico e diluído- R\$	0,47	0,73

22 Subvenção governamental

A Companhia possui um regime especial de tributação relativo à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicações (ICMS), concedido pelo Estado do Ceará, que implica na redução do ICMS devido, ao próprio Estado do Ceará, por substituição tributária nas operações dentro do Estado. O referido regime tem como objetivo substituir o ressarcimento que é garantido por lei para as mercadorias vendidas em outros Estados e garante que seja recolhido o complemento de ICMS por uma carga líquida correspondente a 3,27%, 6% ou 8,5%, dependendo da alíquota dentro do Estado do Ceará aplicável à mercadoria (se 7%, 12% ou 17%, respectivamente).

Tais percentuais substituem os percentuais de carga líquida, normalmente aplicáveis, previstos nos artigos 546 a 548-H do Decreto Cearense nº. 24.569, de 31 de julho de 1997 (Regulamento do ICMS do Estado do Ceará), que são os seguintes: (i) de 2,7%, 4,7% ou 6,8%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 7%; (ii) de 4,6%, 8,1% ou 11,6%, dependendo da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 12%; e (iii) de 6,5%, 11,5% ou 16,5%, também a depender da origem, para as mercadorias sujeitas à alíquota de 17%.

A Companhia tem cumprido as exigências básicas voltadas ao Termo de Acordo de Regime Especial de Tributação, que basicamente são aumento do volume de arrecadação do ICMS, incremento da geração de emprego, aquisição de ativo imobilizado, abertura de novas lojas e a observância quanto às vedações ao ressarcimento previsto no referido Termo de Acordo. Esses itens dependem basicamente da atuação da Companhia, os quais vêm sendo atingidos. Esse Regime Especial de Tributação tratado como subvenção governamental é reconhecido no resultado como redutor do custo das mercadorias vendidas.

Esta subvenção vem sendo concedida ao longo dos últimos 7 anos e sua última prorrogação foi em 16 de março de 2012, com vigência até 31 de maio de 2013. A Companhia apurou o montante de R\$ 58.185 de subvenções governamentais no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 54.744 no período findo em 31 de dezembro de 2011).

A Administração já está em processo de renovação desta subvenção por igual período, não havendo qualquer perspectiva de que a mesma não seja concedida.

23 Receita operacional líquida

A receita da Companhia engloba o comércio varejista de medicamentos, perfumaria, produtos de higiene pessoal e de beleza, cosméticos e dermocosméticos e, como atividade secundária, o recebimento de contas como correspondente bancário. Abaixo, apresentamos a formação da Receita operacional líquida:

	2012	2011
Receita operacional bruta	3.248.686	2.874.898
Venda de mercadoria	3.237.956	2.861.708
Serviços prestados	10.730	13.190
Deduções	(110.783)	(91.769)
Impostos sobre vendas	(85.892)	(69.384)
Devoluções e abatimentos	<u>(24.891)</u>	<u>(22.385)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.137.903</u>	<u>2.783.129</u>

24 Despesas com vendas, administrativas e gerais

	2012	2011
Despesas com vendas		
Veiculação, publicidade e produção	(23.920)	(22.392)
Patrocínio, shows, eventos, premiações e Dotz	(5.045)	(2.339)
Taxas de administração de operadoras de cartões de crédito	<u>(33.280)</u>	<u>(27.645)</u>
Subtotal	<u>(62.245)</u>	<u>(52.376)</u>
Despesas administrativas e gerais		
Despesas com pessoal	(402.507)	(303.535)
Despesas com ocupação	(112.084)	(82.712)
Despesas com utilidades e serviços	(37.958)	(26.796)
Impostos, taxas e contribuições	(9.371)	(5.718)
Despesas gerais	<u>(76.027)</u>	<u>(39.320)</u>
Subtotal	<u>(637.947)</u>	<u>(458.081)</u>
Total	<u>(700.192)</u>	<u>(510.457)</u>

Até 31 de dezembro de 2012, em conformidade com o CPC 8 (R1) (IAS 39) - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, a Companhia capitalizou os gastos no total de R\$ 4.754, relacionados à oferta pública de

ações, compondo o maior valor do saldo da conta de pagamentos antecipados no ativo circulante, que também é formado por outros pagamentos antecipados. Até 31 de dezembro de 2012 foi capitalizado R\$ 2.622 (R\$ 2.132 até 31 de dezembro de 2011) .

25 Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	1.797	422
Receitas com operações de <i>swap</i>	6.975	6.095
Variação cambial	4.663	678
Atualização monetária	2.904	-
Juros sobre capital próprio	8	11
Outros juros	<u>964</u>	<u>96</u>
Total de receita financeira	<u>17.311</u>	<u>7.302</u>
Despesas financeiras		
Juros	(43.706)	(29.553)
Despesas com operações de <i>swap</i>	(6.028)	(8.294)
Juros de parcelamentos de impostos	-	(501)
Outros juros	-	(1.588)
Comissões e despesas bancárias	(825)	(530)
IOF	(2.934)	(3.448)
Ajustes a valores presentes	(36.049)	(38.709)
Variação cambial	(8.765)	(1.708)
Atualização monetária	(3.132)	-
Descontos concedidos	<u>(977)</u>	<u>(175)</u>
Total de despesa financeira	<u>(102.416)</u>	<u>(84.506)</u>
Resultado financeiro	<u>(85.105)</u>	<u>(77.204)</u>

Os valores de R\$ 42.441 e R\$ 29.553 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, respectivamente, são apresentados na Demonstração do fluxo de caixa e referem-se à juros de Empréstimos e financiamentos, estes saldos compõem o valor acima apresentado na linha de Juros, como Despesas financeiras.

26 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A Companhia possui instrumentos financeiros, sendo eles: aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e financiamentos e empréstimos. Também fazem parte da carteira de instrumentos financeiros as operações com derivativos.

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da Companhia de estrutura de gerenciamento de risco.

O gerenciamento desses instrumentos é efetuado por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das

condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos, proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros estabelecidos em seus contratos de financiamento (cláusulas restritivas).

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrente de falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

Exposição a riscos de crédito

A Administração entende que a Companhia possui risco baixo de crédito, pois sua carteira de clientes é composta de consumidores finais e não possui nenhum cliente que exceda o limite de 10% de suas receitas e as suas vendas são efetuadas à vista, portanto, sem risco, bem como sua política de investimento em outras Companhias representa uma parcela insignificante.

Considerando o eventual risco decorrente do repasse das administradoras dos cartões de crédito, este é controlado diariamente através de um processo rigoroso de conferências entre o faturamento e o recebimento. A Companhia atualmente trabalha com administradoras de cartões de primeira linha, logo, entende que o seu risco é baixo, além de que estas assumem total responsabilidade pelo repasse dos créditos.

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em títulos líquidos e apenas em instituições financeiras de grande porte e de primeira linha. A Administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em títulos com classificações altas de crédito, a Administração não espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações, portanto, considera o risco de crédito insignificante.

Contas a receber de clientes

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2012	2011
Contas a receber de clientes	<u>133.739</u>	<u>151.420</u>
	<u>133.739</u>	<u>151.420</u>

A exposição máxima ao risco de crédito para empréstimos e recebíveis em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 por tipo de contraparte foi:

	2012	2011
Cartões de crédito	120.076	139.732
Convênios	12.826	8.697
Comissões	837	3.095
Perdas por redução no valor recuperável	-	(104)
	<u>133.739</u>	<u>151.420</u>

	2012	2011
A vencer		
1 a 30 dias	76.949	79.609
31 a 60 dias	24.384	30.827
61 a 90 dias	10.176	20.339
Acima de 90 dias	<u>8.567</u>	<u>8.957</u>
Total	<u>120.076</u>	<u>139.732</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não existem saldos vencidos decorrentes de contas a receber de clientes. Com exceção do fato pontual explicado na Nota Explicativa 7, a Companhia entende que não há necessidade de constituição de perda por redução ao valor recuperável adicional. O valor de provisão para créditos de liquidação duvidosa foi considerado como perda no exercício.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha caixa e equivalentes de caixa de R\$ 98.933 em 31 de dezembro de 2012(R\$ 19.309 em 31 de dezembro de 2011), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos junto a instituições financeiras, os quais possuem *ratings* abaixo listados:

Instituição financeira	Ratings pela agência Fitch
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	AAA
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA
Banco Bradesco S.A.	AAA
Banco Santander Brasil S.A.	AAA
Banco do Brasil S.A.	AAA
Banco Safra S.A.	AA+

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza o custeio baseado em atividades para precificar suas mercadorias e serviços, que auxilia no monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia faz um acompanhamento minucioso do nosso fluxo de caixa através de testes de estresses diários, o que permite não só o cumprimento das obrigações financeiras, bem como a realização de operações de curto prazo no mercado financeiro, rentabilizando assim nossas sobras de caixa.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros, incluindo eventuais juros reconhecidos até a data-base das demonstrações financeiras, estão demonstradas a seguir:

	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2012					
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	98.933	98.933	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	133.739	133.739	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	427.378	427.378	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	303.860	101.860	147.648	54.325	27
Debêntures (nota 16)	260.735	43.280	86.695	130.490	-

Em 31 de dezembro de 2011	Valor contábil	1 ano ou menos	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	19.309	19.309	-	-	-
Contas a receber de clientes (nota 7)	151.420	151.420	-	-	-
Fornecedores sem efeito do AVP (nota 14)	431.653	431.653	-	-	-
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	283.179	155.612	80.958	46.183	426

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, o risco de mercado que se aplica refere-se ao risco relacionado à taxa de juros e de câmbio, já que o risco relacionado ao aumento dos preços das mercadorias junto aos fornecedores e laboratórios está mitigado, pois a situação é controlada pela Câmara de regulação do mercado de medicamentos - CMED, ou seja, o aumento de preços ocorre apenas anualmente.

A Companhia adota uma política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja uma exposição significativa. Os empréstimos e financiamentos atrelados a taxas de juros variáveis e aos *swaps* são monitorados através de análises de sensibilidades.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre a ponta ativa do *swap* atrelados à moeda estrangeira dólar norte-americano (USD). Portanto, a Companhia fica sujeita ao risco da baixa do dólar, em virtude de ter trocado a sua ponta passiva por CDI. O dólar encerrou o exercício em 31 de dezembro de 2012 com a variação positiva de 8,94% em relação à última cotação do exercício de 2011.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio, a Administração contrata instrumentos financeiros derivativos, suscetíveis também à variação cambial. A Administração contrata instrumentos financeiros para eliminar sua exposição aos riscos de câmbio. Os saldos do efeito do *swap* atrelado ao dólar são demonstrados a seguir:

Moeda dólar	2012	2011
Ativos em moeda estrangeira (a)	5.991	291
Passivos em moeda estrangeira (b)	<u>(1.267)</u>	<u>(2.505)</u>
Déficit apurado (a-b)	<u>4.724</u>	<u>(2.214)</u>

Para fins de atendimento à Deliberação CVM nº. 475, de 17 de outubro de 2008, dada a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação do dólar (ponta ativa) e os respectivos resultados futuros que seriam gerados a partir da posição de 31 de dezembro de 2012, que utiliza o dólar PTAX médio de R\$ 2,0435. São eles: (i) cenário provável e que é adotado pela Companhia; (ii) cenário possível: conforme determina a deliberação da CVM, o cenário é construído considerando uma baixa de 25% (na ponta ativa) partindo da cotação do dólar futuro; e (iii) cenário remoto: ainda de acordo com a norma da CVM, neste cenário a cotação do dólar futuro é rebaixada em 50% da utilizada no cenário provável.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2012:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor de US\$ 4.724, em 31 de dezembro de 2012, conforme os cenários

demonstrados acima.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Despesa financeira	Baixa do US\$	-	(18.514)	(46.477)

Em 31 de dezembro de 2011:

Abaixo demonstramos a variação do *déficit* no valor de US\$ (2.502), em 31 de dezembro de 2011, conforme os cenários demonstrados acima.

Transação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Despesa financeira	Baixa do US\$	-	(11.487)	(17.969)

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2012 (saldo contábil tendo por base o CDI de 8,37% acumulado doze meses) e o cenário provável considerado pela Administração, que corresponde à projeção para jan/14 do CDI considerando o exercício base de 31 de dezembro de 2012, de acordo com a curva de juros da BM&F (7,14% a.a. para o CDI) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2012:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	(179.852)	2.212	(998)	(4.209)
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i>)	Alta do CDI	(110.926)	1.364	(616)	(2.596)
Debênture	Alta do CDI	(260.737)	3.207	(1.447)	(6.101)
Aplicações financeiras e TVM	Baixa do CDI	76.846	(945)	(2.317)	(3.689)

A seguir, demonstramos, comparativamente, os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2011:

Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
CDI					
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	216.961	(3.452)	(1.963)	(7.378)
Financiamentos e empréstimos (com <i>swap</i>)	Alta do CDI	44.723	(716)	(407)	(1.530)

Pelas análises efetuadas, a Companhia apuraria uma despesa nos cenários Provável, I e II.

A Companhia não sensibiliza a exposição da dívida em TJLP por considerar que as análises de sensibilidades não são representativas. O saldo da dívida exposto em TJLP é de R\$ 644 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 1.238 em 31 de dezembro de 2011). A administração não utiliza este saldo para administrar os riscos financeiros da Companhia.

Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno sobre o capital, que foi definido como os resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas. A Administração não possui planos relacionados à remuneração de seus empregados por meio de pagamento baseado em ações ou opções.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Não houve alterações na abordagem da Companhia à administração de capital durante o exercício. A Companhia não está sujeita às exigências externas de capital.

Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 estão identificados a seguir:

Descrição	2012		2011	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa	98.933	98.933	19.309	19.309
Arrecadação de recursos de terceiros	14.562	14.562	9.602	9.602
Contas a receber de clientes	133.739	133.739	151.420	151.420
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado				
Fornecedores	(261.622)	(261.622)	(365.146)	(365.146)
Financiamentos e empréstimos	(303.860)	(316.430)	(283.179)	(284.770)
Debêntures	(260.735)	(269.430)	-	-
Valor justo por meio do resultado				
Instrumentos financeiros derivativos	(946)	(946)	(2.790)	(2.790)

Crítérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos (*fair value*)

Caixa e equivalentes de caixa

São classificados como ativos financeiros com alta liquidez e são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo custo amortizado que são obtidos com base nas cotações divulgadas pelos administradores. O valor justo reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

Arrecadação de recursos de terceiros

Correspondem aos valores recebidos na atividade de correspondente bancário, em que a Companhia recebe o valor das contas pagas por consumidores, em nossa rede de farmácias, que precisam ser repassadas para o titular do direito, em média, em 3 dias. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curtíssimo prazo das operações realizadas.

Contas a receber de clientes

Decorrem diretamente das operações da Companhia e estão registradas pelos seus valores originais, sujeitos a perda por redução ao valor recuperável e ajuste a valor presente, quando aplicável. Estima-se que o valor contábil é uma aproximação

razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

Fornecedores

Decorrem diretamente das operações da Companhia, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial, bem como ajustados a valor presente. A Administração entende que o valor contábil não diverge substancialmente do valor justo.

Financiamentos e empréstimos

Os valores dos financiamentos atrelados à TJLP e ao CDI aproximam-se dos valores de exigibilidade registrados nas demonstrações financeiras em virtude dessas taxas serem pós-fixadas, mesmo considerando os casos onde há uma taxa fixa adicional.

O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2013 e 2018, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Em 31 de dezembro de 2012:

Descrição	2012		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	(946)	-

Em 31 de dezembro de 2011:

Descrição	2011		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Instrumentos financeiros derivativos	-	(2.790)	-

O valor justo dos instrumentos financeiros foi obtido por meio de projeções dos fluxos de caixa futuros, descontados a valor presente, por moedas e índices de mercado cotados em bolsas de valores.

Os ganhos ou perdas totais dos instrumentos financeiros derivativos classificados no nível 2, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foram reconhecidos no resultado do exercício e estão apresentados na demonstração de resultado, nas contas de receitas e despesas com operações de *swap*, para passivos mantidos na data das demonstrações financeiras

(vide Nota Explicativa 25). Não houve transferências entre os níveis para os exercício apresentados.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com *swap* estão impactando o grupo de Financiamentos e empréstimos (vide Nota Explicativa 15) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota Explicativa 25).

Swap 1 (Citibank)

Tinha por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swap* de suas obrigações indexadas ao dólar, no qual recebia juros de 3,76% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e pagava 2,52% de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 31 de dezembro de 2012 (em 31 de dezembro de 2011, é de US\$ 2.500). Os ganhos e perdas deste contrato estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI e são registrados no resultado do exercício. Até 31 de dezembro de 2012, o efeito negativo no resultado foi de R\$ 347.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência	Valor de referência	Valorização 2011		Em R\$ Valor justo
		Em US\$ 31/12/11	Em R\$ 31/12/11	Em R\$ Posição ativa	Em R\$ Posição passiva	
23/05/2012	Citibank	2.500	4.324	4.700	4.409	291

Swap 2 (Santander)

Tinha por objetivo proteger seu endividamento contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas com juros fixos de 13,39% e 13,78% a.a. sobre o valor nominal em reais (ponta ativa) para juros de 2,4% a.a. mais a variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o mesmo valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Não há mais saldo de referência destes *swaps* em 31 de dezembro de 2012 (em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 3.248 e R\$ 7.105), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de taxa fixa e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Até 31 de dezembro de 2012, o efeito positivo no resultado foi de R\$ 29.

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

Data de vencimento	Contrapartes	Valor de referência	Valorização 2011 R\$		Valor justo
		R\$ 31/12/2011	Posição ativa	Posição passiva	
17/07/2012	Santander	3.248	3.261	3.263	(2)
10/09/2012	Santander	7.105	7.158	7.159	(1)
Total					(3)

Swap 3 (Itaú)

Têm por objetivo proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações dos juros brasileiros. Basicamente, a Companhia realizou *swaps* de suas obrigações indexadas ao dólar, nos quais recebe juros variáveis de 4,15% a.a., 4,15% a.a., 4,84% a.a., 4,20% a.a. e 3,49% a.a. sobre o valor nominal em dólar (ponta ativa) e paga 2,30% a.a., 2,20% a.a., 2,20% a.a., 1,75% a.a. e 1,80% a.a. de taxa mais o Certificado de Depósito Interbancário - CDI sobre o valor de referência em reais na data da contratação (ponta passiva). Os valores de referência destes *swaps*, em 31 de dezembro de 2012 são de US\$ 7.984, US\$ 3.002, US\$ 11.331, US\$ 14.711 e US\$ (31 de dezembro de 2011 são de US\$ 5.005, US\$ 9.980, US\$ 0, US\$ 0 e US\$ 0), respectivamente. Os ganhos e perdas destes contratos estão diretamente relacionados às oscilações de câmbio (dólar) e do CDI, e são registrados no resultado do exercício. Até 31 de dezembro de 2012, o efeito

positivo no resultado foi de R\$ 1.264.

Operações em aberto Swap 3

Em 31 de dezembro de 2012, a posição desses contratos é a seguinte:

		<u>Valor de referência em 31/12/2012</u>		<u>Valorização em 31/12/2012</u>		<u>Valor justo</u>
				<u>Posição banco</u>	<u>Posição cliente</u>	
Data de vencimento	Contrapartes	Em US\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$
07/02/2014	Itaú BBA S.A	7.984	13.333	10.372	12.442	2.070
24/03/2014	Itaú BBA S.A	4.004	6.666	5.120	6.206	1.086
20/01/2015	Itaú BBA S.A	11.331	20.000	20.831	23.666	2.835
30/06/2015	Itaú BBA S.A	14.711	30.000	30.462	30.300	(162)
23/11/2015	Itaú BBA S.A	19.130	40.000	40.340	39.235	(1.105)
Total						4.724

Em 31 de dezembro de 2011, a posição desses contratos é a seguinte:

		<u>Valor de referência em 31/12/2011</u>		<u>Valorização em 31/12/2011</u>		<u>Valor justo</u>
				<u>Posição banco</u>	<u>Posição cliente</u>	
Data de vencimento	Contrapartes	Em US\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$	Em R\$
07/02/2014	Itaú BBA S.A	9.980	16.667	19.034	17.571	(1.463)
24/03/2014	Itaú BBA S.A	5.005	8.333	9.398	8.359	(1.039)
Total						(2.502)

27 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 18.948 e R\$ 18.806, respectivamente, para danos materiais. As apólices são formadas apenas por coberturas de danos materiais nos veículos e na aeronave da Companhia.

* * *

Francisco Deusmar de Queirós
Presidente

Josué Ubirnilson Alves
Diretor Vice-presidente

Armando Lima Caminha Filho
Diretor Financeiro

Carlos Henrique Alves de Queirós
Diretor de Expansão e Novos negócios

Mario Henrique Alves de Queirós
Diretor de Planejamento e Relações com investidores

Patriciana Maria de Queirós Rodrigues
Diretora Comercial

Edson de Arruda Câmara Júnior
Diretor de Operações

Pedro Ronaldo de Carvalho Praxedes
Diretor de Sistemas e Logística

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador CRC CE 8408